



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1

O Diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Economia e Meio Ambiente, nas disciplinas HO-026 - Diagnósticos e Políticas Ambientais e CE-753 – Economia do Meio Ambiente, do Departamento Política e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Atuação acadêmica e/ou profissional nas áreas de Economia do Meio Ambiente. Qualificação para atuar no ensino de disciplinas da área nos cursos de Graduação e Pós-Graduação no IE, assim como em atividades de pesquisa, orientação e extensão.

1.2.2. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da



Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI), para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

2.3. O Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/2001, cujo texto integral está disponível no sítio: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 2.558,71
- b) RTC – R\$ 6.495,06
- c) RDIDP – R\$ 14.761,29

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://www.sis.cgu.unicamp.br/solicita/concurso/formulario> no período de 20 (vinte) dias úteis, a contar de 9 horas do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição, requerimento dirigido ao Diretor do Instituto de Economia, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da defesa de sua Tese de Doutorado, ou documento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de



Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em forma digital (pdf, máximo 10MB);

c) um exemplar de memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB), com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. *curriculum vitae et studiorum*;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB cada);

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.2.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por meio do sistema de inscrição a intenção de realizar as provas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.

3.2.4. A Unicamp não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.2.5. Após realizar a inscrição no link indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento



de seu pedido de inscrição.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao Diretor do Instituto de Economia, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a(s) área(s) em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.

3.3.2. A Unidade divulgará no sítio www.eco.unicamp.br/ a deliberação da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio www.eco.unicamp.br/, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.

3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.

3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Pelo menos 02 (dois) membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à



Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas

- a) prova escrita (peso 2);
- b) prova de títulos (peso 3);
- c) prova de arguição (peso 2);
- d) prova didática (peso 3);

5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.

5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.

5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

Prova Escrita

5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao



conteúdo do programa de uma das disciplinas em concurso, a saber: HO-026 - Diagnósticos e Políticas Ambientais.

5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura dos pontos relacionados ao programa e na sequência o sorteio do ponto a ser abordado na prova, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.

5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.5.4. A prova escrita será realizada e corrigida sem a identificação do candidato.

5.5.5. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

Prova de Títulos

5.7. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.7.1. Para fins de julgamento da prova de títulos serão considerados os seguintes documentos:

- a) Título de Graduação;
- b) Título de Especialização;
- c) Título de Mestrado;
- d) Título de Doutorado;
- e) Título de Mestrado Profissional;
- f) Pós-Doutorado;
- g) Publicações acadêmico-científicas (artigos, livros, capítulos de livros, etc);
- h) Publicações em revistas de circulação nacional/indexadas;



- i) Publicações em revistas de circulação internacional/indexadas;
- j) Experiência docente;
- k) Experiência profissional;
- l) Participação em atividades de extensão;
- m) Atividades acadêmicas durante a graduação (iniciação-científica, monitoria, estágio);
- n) Recebimento de bolsa ou apoio para pesquisa;
- o) Participação ou coordenação em projeto de pesquisa;
- p) Premiação e distinção acadêmica;
- q) Assessoria e consultoria;
- r) Produções artístico-culturais;
- s) Patentes ou propriedades intelectuais registradas;

5.7.2. A Comissão Julgadora adotará os seguintes critérios para julgamento da prova de títulos, considerando a qualidade e o interesse da produção do candidato:

- a) A Relevância do tema da produção do candidato na comunidade de especialistas;
- b) Dificuldade, raridade e valor que os resultados da produção do candidato têm perante a comunidade científica;
- c) Relevância, contribuição e aderência da produção do candidato para a área do concurso;
- d) Impacto científico, artístico, social e de inovação da produção do candidato;
- e) Criatividade, inovação e abertura de novas técnicas/temas de pesquisa para a área do concurso;
- f) Conhecimento, domínio e maturidade na área do concurso;
- g) Compreensão global da área e do impacto da sua pesquisa em áreas vizinhas;
- h) Legibilidade e qualidade da difusão dos teoremas/resultados dos textos escritos, e/ou alcance da produção das atividades artístico-culturais do candidato;

5.7.3. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir julgamento da prova de títulos.

5.7.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos,



elaborando parecer circunstanciado que indique os critérios de julgamento e a pontuação atribuída a cada candidato.

Prova de Arguição

5.8. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa das disciplinas em concurso e/ ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.8.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.8.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova Didática

5.9. A prova didática versará sobre o programa de uma das disciplinas em concurso, a saber: CE-753 – Economia do Meio Ambiente e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.9.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.9.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.10. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.



5.11. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e escrita terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova escrita terá caráter eliminatório, independente do número de candidatos inscritos ou presentes.

6.1.1.1. Na correção da prova escrita, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da prova escrita cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.5 deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado da prova escrita será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública, com a enumeração daqueles aprovados para as etapas posteriores;

c) serão considerados aprovados na prova escrita com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova escrita;

e) as notas atribuídas na prova escrita por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.



6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na prova didática e a maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente



selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 deverão se realizar no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação do Instituto de Economia, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da



UNICAMP (www.sg.unicamp.br).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio www.eco.unicamp.br/, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2 “c” e “d”) entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria do Instituto de Economia. Após este prazo, se



não retirados, os memoriais serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13.

9.8.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no sítio www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria do Instituto de Economia que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

Anexo I – Programas das Disciplinas e Bibliografias

HO-026 - Diagnósticos e Políticas Ambientais

1. Desenvolvimento econômico e meio ambiente

O conceito de desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, distribuição de renda e meio ambiente. A emergência da economia do clima. Limites ao crescimento, transição verde e descarbonização da economia agregada, políticas de manutenção de emprego.

2. Economia do aquecimento global

2.1. O enfrentamento do aquecimento global como um problema de oferta de bem público.

2.2. Externalidades, escolhas intergeracionais e relação entre consumo agregado, investimentos e atividades de mitigação.

2.3. Impactos de mudanças climáticas na população e saúde.

2.4. Impactos de mudanças climáticas na agricultura. Função de produção ambiental. Modelos ricardianos. Modelos de preços hedônicos.

3. Macroeconomia e meio ambiente

3.1. Modelagem econômico-ecológica.



- 3.2. Modelos de crescimento com equilíbrio parcial e geral.
- 3.3. Modelos Integrados (clima, comportamentos micro, políticas e desempenho macroeconômico).

4. Políticas econômicas, meio ambiente, clima e transição energética

- 4.1. Políticas fiscais neutras (crédito carbono) e Políticas monetárias.
- 4.2. Políticas de transição energética (leilões).
- 4.3. Políticas de financiamento.
- 4.4. Políticas de inovação.

5. Clima e desenvolvimento econômico

- 5.1 Desafios da Transição energética.
- 5.2 Migração e mudança climática.
- 5.3 Segurança alimentar e meio ambiente.
- 5.4 Economia verde e circular.

Bibliografia

- Abramovay, R. (2012). Muito Além da Economia Verde. Sao Paulo: Editora Senac.*
- Dafermos, Y., Nikolaidi, M., Galanis, G. (2017), A Stock-Flow-Fund Ecological Macroeconomic Model, Ecological Economics, vol. 131, pp. 191-207.*
- Daly, H.E. and Farley, J. Ecological Economics (2004). Principle and Applications. Washington: Inland Press.*
- Daly, H.E. (1996). Beyond Growth. Washington: Beacon Press.*
- Fagerberg, Jan. (2018) Mobilizing innovation for sustainability transitions: A comment on transformative innovation policy. Research Policy 47, pp. 1568–1576.*
- Foley, D. K., Rezai, A., Taylor, L. (2013), The Social Costs of Carbon Emission: Seven Propositions, Economic Letters, vol. 121, pp. 90-97.*
- Harris, J. M. (2008), Ecological Macroeconomics: Consumption, Investment, and Climate Change, Global Development and Environment Institute, Working Paper no. 08-02.*
- Jackson, T., Victor, P. A. (2020), The Transition to a Sustainable Prosperity – A Stock-Flow-Consistent Ecological Macroeconomic Model for Canada, Ecological Economics, vol. 177, pp. 1-14.*



Kirchherr, J.; Reike, D.; Hekkert, M. (2017), *Conceptualizing the Circular Economy: An Analysis of 114 definitions, Resources, Conservation and Recycling*, vol. 127, pp. 221-232.

May,P e al.(2003) (Org.). *Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Naidoo, C.P. (2020) *Relating financial systems to sustainability transitions: Challenges, demands and design features*. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 36: 270–290.

Nordhaus, W. D. (2007), *A Review of Stern Review on the Economics of Climate Change*, *Journal of Economic Literature*, vol. 45, no. 3, pp. 686-702.

Nordhaus, W. D. (2015), *The Climate Casino: Risk, Uncertainty, and the economics for a Warming World*, New Haven: Yale University Press.

Rezai, A., Foley, D. K., Taylor, L. (2012), *Global Warming and Economic Externalities*, *Economic Theory*, vol. 49, no. 2, pp. 329-351.

Romeiro,A.R.(2003). "Economia ou economia política da sustentabilidade?" in May,P e al.(Org.). *Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora Campus. Também como Texto p/ Discussão 102.

Sachs,I.(1993). *Estratégias de Transição para o Século XXI*, Nobel Ed./Fundap, São Paulo.

Sharpe S, Lenton TM (2021). *Upward-scaling tipping cascades to meet climate goals: plausible grounds for hope*. *Clim Policy*. 21(4):421-433. doi:10.1080/14693062

Stephenson. S.; Newman, K.; Mayhew, S. (2010). *Population dynamics and climate change: what are the links?*, *Journal of Public Health*, Volume 32, Issue 2, June, Pages 150–156.

Tol. R.S.J. (2023), *Climate Economics*. 3ª Ed. Edgar Elgar, 263p.

Veiga,J.E. (2005). *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*, Rio de Janeiro, Editora Garamond.

Xu, Jiajun and Gallagher, Kevin P. (2022). *Transformation Towards Renewable Energy Systems: Evaluating the Role of Development Financing Institutions*. *Studies in Comparative International Development*, 57:577–601. <https://doi.org/10.1007/s12116-022-09375-8>

Zink, T.; Geyer, R. (2017), *Circular Economy Rebound*, *Journal of Industrial Ecology*, vol. 21, no. 3, pp. 593-602.



CE-753 – Economia do Meio Ambiente

1. Princípios de economia do meio ambiente

- 1.1. Visão pré-analítica que diferencia a economia ambiental (neoclássica) da economia ecológica: escala sustentável.
- 1.2. Capital e recursos naturais como substitutos e/ou complementares.
- 1.3. A curva de Kuznets Ambiental.
- 1.4. Lei da Entropia e o processo econômico.
- 1.5. Visão de Daly: o conceito de “throughput”.
- 1.6. Risco e Incerteza. O risco de perdas ecológicas irreversíveis potencialmente catastróficas.

2. Fundamentos Microeconômicos e Instrumentos de Política

- 2.1. Direitos de propriedade. Externalidades no consumo e produção. Bens públicos e recursos comuns.
- 2.2. Teorema de Coase e mecanismos de desenho.
- 2.3. Custos para redução dos efeitos ambientais.
- 2.4. Problemas de escala mínima e economias de escala. Poder de mercado
- 2.5. Eficiência, custo-efetividade e problemas de justiça.

3. Métodos de valoração econômica do meio ambiente

- 3.1. O papel da valoração econômica dos bens e serviços ambientais no esquema analítico neoclássico.
- 3.2. Métodos de valoração de disposição a pagar, preferências reveladas versus declaradas.
- 3.3. Métodos indiretos de valoração
- 3.4. Análise de custo e benefício ambiental; Custos de abatimento; “Discounting”
- 3.5. O papel da valoração no esquema analítico da economia ecológica. Valoração integrada: econômica, ecológica e social

4. Regulação e Instrumentos de Mercado

- 4.1. A regra de Hotelling, preços e escassez.
- 4.2. Regulação Direta
- 4.3. Taxação e Subsídios. Permissões negociáveis (*permits*) e mecanismos de atribuição.
- 4.4. Políticas de Mitigação e de Adaptação das mudanças climáticas. Financiamento da transição ambiental.
- 4.5. Problemas de eficiência, custo-efetividade e problemas de justiça.



4.6. Compatibilização de objetivos de políticas; problemas de articulação de medidas de políticas ambientais.

4.7. Críticas às medidas de política correntes em condições de transição.

Bibliografia

Ackerman F, Heinzerling L. Pricing the priceless: Cost-benefit analysis of environmental protection. Univ PA Law Rev. 2002;150(5):1553-1584. doi:10.2307/3312947

Arrow K, Cropper M, Gollier C, et al. Determining Benefits and Costs for Future Generations. Science (80-). 2013;341(6144):349-350. doi:10.1126/science.1235665

Daly,H.E. and Farley,J. Ecological Economics (2004). Principle and Applications. Washington: Inland Press.

Daly,H.E. (1996). Beyond Growth. Washington: Beacon Press.

Dasgupta P. Discounting climate change. J Risk Uncertain. 2008;37(2-3):141-169. doi:10.1007/s11166-008-9049-6

Dreze J, Stern N. The theory of cost-benefit analysis. In: Auerbach AJ, Feldstein M, eds. Handbook of Public Economics. Vol 2. Elsevier; 1987:909-989. https://econpapers.repec.org/RePEc:eee:pubchp:2-14

Foley, D. K., Rezai, A., Taylor, L. (2013), The Social Costs of Carbon Emission: Seven Propositions, Economic Letters, vol. 121, pp. 90-97.

Fouquet, Roger (org). Handbook on Green Growth. Cheltenham: Edgar Elgar Publishing. 2019

Freeman III AM, Herriges JA, Kling CL. The Measurement of Environmental and Resource Values. Routledge; 2014. doi:10.4324/9781315780917

Groom B, Hepburn C. Reflections—Looking Back at Social Discounting Policy: The Influence of Papers, Presentations, Political Preconditions, and Personalities. Rev Environ Econ Policy. 2017;11(2):336-356. doi:10.1093/reep/rex015

HM Treasury. The Green Book Central Government Guidance on Appraisal and Evaluation.; 2020.

May,P e al.(2003)(Org.). Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Masur J, Posner E. Climate regulation and the limits of cost-benefit analysis. Calif Law Rev. 2011;1557..



Mercure J-F, Salas P, Vercoulen P, et al. Reframing incentives for climate policy action, Nature Energy. Nat Energy. Published online 2021.

Mueller, C. C. (1996), Economia e Meio Ambiente na Perspectiva do Mundo Industrializado: Uma Avaliação da Economia Ambiental Neoclássica, Estudos Econômicos, vol. 26, no. 2, pp. 261-304.

Nordhaus, W. D. (2015), The Climate Casino: Risk, Uncertainty, and the Economics for a Warming World, New Haven: Yale University Press.

Rezai, A., Foley, D. K., Taylor, L. (2012), Global Warming and Economic Externalities, Economic Theory, vol. 49, no. 2, pp. 329-351.

Romeiro,A.R.(2003). "Economia ou economia política da sustentabilidade?" in May,P e al.(Org.). Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Campus. Também como Texto p/ Discussão 102.

Romeiro, A.R (2012). Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Revista Estudos Avançados. USP.

Romeiro,A.R. e Maia,A.G. (2011). Avaliação de custos e benefícios ambientais. Cadernos ENAP 35, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília.

Semieniuk, G.r and Mazzucato, M. Financing green growth. In Fouquet, Roger (org) Handbook on Green Growth. Cheltenham: Edgar Elgar Publishing. 2019

Stern, N. (2008) The Economics of Climate Change. American Economic Review, 98, 1-37.

Tol, R.S. (2023) Climate Economics. Third Edition, EE.Elgar, 269p.

Documento assinado eletronicamente por **André Martins Biancarelli, DIRETOR DE UNIDADE UNIVERSITÁRIA**, em 12/09/2023, às 09:10 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
B4615C26 D0434F5B 8C4A2A09 579D326F

